

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.^a Presidente da Assembleia da República

Segundo notícias vindas a público o Governo, no âmbito da terceira avaliação do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), em 13 de Fevereiro, entregou um relatório contendo o plano para redução das denominadas “rendas excessivas” na eletricidade.

No entanto, segundo a Troika "*A estratégia a ser tomada pelo Governo continua a não ser clara e as medidas propostas no relatório para responder às rendas excessivas não são suficientemente ambiciosas para estabilizar o sistema até 2013*". Aliás, atendendo a isso a Troika exigiu na ultima revisão do programa de ajustamento que esta medida se tornasse estrutural, exigindo assim o seu cumprimento imprescindível.

Nesta área existem taxas de remuneração do capital que vão até 13,5 por cento, o que é manifestamente exagerado, como aliás é reconhecido por todos. Num país em que há portugueses sem dinheiro para se deslocarem a um hospital, onde há portugueses em que fazem contas para chegar com dinheiro até ao fim do mês e em que a taxa de desemprego atinge valores na ordem dos 15,3% há que ter em conta a necessidade de ser exigida equidade e justa repartição dos sacrifícios por todos, o que está muito longe de acontecer neste caso.

Se tivermos em consideração apenas as rendas que têm uma remuneração entre 7,5 e 13,5 por cento do seu capital, estamos a falar de rendas que totalizam três mil milhões de euros até 2020, cerca de 375 milhões de euros anos.

Relembra-se que o anterior Secretário de Estado da Energia – Henrique Gomes – se demitiu do Governo, depois de ter visto cair a sua proposta para criação de um imposto especial sobre os produtores elétricos.

Urge, portanto, que o Governo entregue finalmente na Assembleia da República - e por essa via dê conhecimento aos portugueses -do estudo elaborado pela Universidade de Cambridge no qual foram identificadas essas mesmas “rendas excessivas” e que foi encomendado pelo Governo, através do Secretário de Estado da Energia da altura Henrique Gomes.

Face a tudo o que foi exposto, vêm os deputados do Partido Socialista– Hortense Martins e Rui Paulo Figueiredo, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais aplicáveis, requerer ao Ministério da Economia e do Emprego, o envio do estudo, elaborado pelo Cambridge Economic Policy Associates, no qual são identificadas as “rendas excessivas” no mercado da eletricidade assim como todos os outros estudos que sobre este assunto o governo tenha na sua posse.

Palácio de São Bento, quarta-feira, 2 de Maio de 2012

Deputado(a)s

HORTENSE MARTINS(PS)

RUI PAULO FIGUEIREDO(PS)